

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DIRETOR DO DIA 13/09/2022

A reunião é iniciada em formato híbrido as 11 horas e 35 minutos com 26 conselheiros presentes. A presidente do conselho, Grace Burchardt, comunica a solicitação de troca de categoria de membro Associado para membro Efetivo de Bruna Lucas Zanetti e Tania Nara Carvalho Israel, a ser votado em próxima reunião. Além disso, solicita inclusão na lista de supervisores, a membro Efetivo Cintia Brzezinski. Ainda, afastamento temporário de Magda Martins Costa e desligamento permanente de Flávio de Oliveira Souza. É procedida a leitura de correspondência enviada por ele, anexada a ata, é lembrado que ele possui 35 anos de CEP e fica acordado que o Conselho irá responder a ele. Adentra-se a pauta dos assuntos da ordem do dia com notícias da Comissão formada na Assembleia para escolha da consultoria financeira. A comissão ficou composta por Leonardo Francischelli, Vanessa Lopes, Rodrigo Boettcher, Grace Burchardt, Gustavo Soares, Patrícia Scalco, Claudio Carvalho, Guilherme Ambros, Laura Jaskulski, Tais Carvalho e Sergio Leite. A comissão decidiu pela consultoria Bankability. Foi julgado que duas das opções possuíam as qualidades necessárias para responder as demandas da Assembleia, porém a Bankability apresentou maior competência, na avaliação dos colegas que compuseram a subcomissão de avaliação, ou seja, Guilherme Ambros, Laura Jaskulski e Claudio Leite. Hoje será comunicado aos membros da Assembleia a decisão. E através da secretaria, o contrato de contratação para ser assinado pela Diretora. Dando prosseguimento aos assuntos, a Diretoria encaminhou para pauta os assuntos ações afirmativas e clínica. Leonardo Francischelli diz não saber por onde tinham ficado as discussões sobre o Projeto ações afirmativas, mas propõe que primeiro precisamos pensar se queremos. Diz que a Diretoria ficou com dificuldades se colocava o Projeto nas inscrições de seleção para formação deste ano. Vanessa Lopes diz que o Projeto ficou parado e veio, inclusive, uma pessoa interessada. Fala que não puderam receber esta pessoa, pois dentro da Escola não foi possível abrir isso ainda. Temos a abertura somente nos eventos da instituição. Luiza Serafini pergunta se alguém ligou solicitando inscrição para o Projeto ações afirmativas e como isso aconteceu se o projeto não foi aprovado e veiculado ainda. Maria Liane Porn Dutra responde que houve sim uma procura, devido as divulgações nas redes, mesmo sem o projeto estar aprovado, é o que conclui. Gustavo Soares diz ou questiona procura espontânea. Ione Russo comunica que lhe foi perguntado se haveria possibilidade de cotas por motivo de dificuldade financeira. Ana Paula Terra Machado diz que isso já é possível de responder, porque o caráter do Projeto ações afirmativas é específico. É uma ação reparatória. Vanessa López começa a ler o Projeto. Grace Burchardt pergunta se os conselheiros querem retomar, se querem que Vanessa leia. Leonardo Francischelli diz que para aquecimento, seria bom ler. E reforça que primeiro precisamos decidir se queremos, mas Ana Paula disse que isso já teria sido aceito. Ana Paula Terra Machado responde que falou que falta detalhamento para colocar isso em ação agora. Maria Liane Porn Dutra propõe que sigamos pensando o detalhamento. Luciana Firpo diz que pelo Simpósio se percebeu aceitação e lembra que as instituições estão se ocupando disso e talvez o CEP esteja se demorando. Marcelo Leães propõe que os membros possam ler com atenção para que o Projeto possa ser viabilizado. Rodrigo Boettcher diz que o Projeto não teria custo ao CEP e lê alguns pontos do projeto. Lembra que o Projeto abarca a isenção de taxas, inscrição e mensalidade, assim como duas vagas para cada sede. Referente a supervisão deste candidato, também haveria isenção e a análise, como o CEP não exige análise, ele buscaria conforme sua disponibilidade. O supervisor em questão ficaria isento da mensalidade do CEP. Na Clínica o membro estaria submetido ao regimento com algumas especificidades. Na Escola os seminários teriam que contemplar autores negros. Haveria grupos de estudos e eventos sobre a temática. Portanto, o projeto não oneraria a instituição. Lea Thormann pede a palavra para afirmar que

no CEP, se a análise não é exigida, ela é recomendada e necessária. Maria de Lourdes Foster diz que essas foram as propostas, mas que não conversamos sobre isso no Conselho. Não conversamos sobre qual a forma que iremos fazer isso. Rodrigo Boettcher diz que ficou acordado sobre os grupos de estudos. O que ficou pendente são as supervisões. Retoma quais são os componentes da comissão do projeto ações afirmativas. Mas gostaria de saber sobre a supervisão. Grace Burchardt afirma que para este ano não há condições de abrir vagas para membros cotistas, porque o projeto não foi aprovado. Lembra que temos tempo para discutir em profundidade. Rodrigo Boettcher lembra que o projeto foi revisado em maio de 2022. Marcelo Leães alerta para que não esqueçamos da pauta, sobre a clínica. Patrícia Scalco fala que não lembra de termos aprovado todos estes itens e sugere revisarmos as atas. Giovana Borges marca que deveríamos em todas as reuniões trabalhar em profundidade o projeto. Marcelo Leães fala que o mais importante é o entendimento do que estamos fazendo. Mesmo sendo aprovado, se não houver entendimento, corre o risco de não ir adiante. Leonardo Francischelli lembra que o primeiro ponto é a isenção de taxas de inscrição e o segundo ponto é a admissão desses candidatos. Lisia Leite coloca uma preocupação diante do que vem escutando, o termo cotista. Acha preocupante colocarmos um projeto que seja assistencialista e não reparatório. Luciana Firpo diz que o que estamos discutindo é a identidade do CEP. Maria Liane Porn Dutra retoma a questão sobre o que queremos para haja abertura para o projeto entrar. É uma questão profunda e de identidade. Lea Thormann vai na direção de Lisia e lembra que quando conversamos sobre o projeto, foi colocado a isenção como algo a ser pensado. Questiona a isenção, pois trabalhamos com o que é simbólico, pode-se propor uma taxa simbólica. Leonardo Francischelli afirma que a Diretoria está de acordo com o Projeto, mas talvez o fundamental seja a discussão. Isso é para a regulamentação, o simbólico. E afirma que para ele é reparatório e que o central é a questão da identidade. Newton Aronis diz que não acompanhou muito a etapa anterior, mas refere que há duas possibilidades, se tem duas vagas é sistema de cotas ou isenção? Vanessa López acha importante o caráter reparatório. Lembra que há estudos há anos sobre essa questão de ser reparatório ou assistencialista. Grace Burchardt solicita que o projeto seja encaminhado novamente. Marcelo Leães diz que estamos discutindo um projeto e a comissão responsável por ele não está aqui presente, refere ser um erro nosso. Grace Burchardt lembra que a coordenadora da comissão se tornou membro Pleno e que ela poderia se fazer presente para esclarecimentos. Luciana Firpo lembra que Juliana Lang que compõe a comissão também é membro pleno. Gustavo Soares atenta para a questão da isenção e diz que talvez não tenhamos elementos para pensar isso. Se o mundo todo está fazendo isso neste sentido, vinculando ao reparatório, o CEP precisaria se colocar dentro disso. E não ver se vai ser cobrado uma taxa simbólica. Lembra que isto pode ter uma repercussão importante. Luiza Serafini gostaria de retomar o que Newton traz, precisamos saber o que estamos falando. Tem cota ou não, é reparatório ou não? E questiona de que forma faremos isso. Denise Souza acha importante que se possa saber se é uma questão de cotas ou é uma isenção para o candidato negro. Lembra que corremos o risco de ter 10 colegas em formação por não termos preenchido as vagas do projeto. E questiona como vamos fazer essa administração interna. Retoma Lea, isenção de taxa é uma coisa, mas nós temos que nos ocupar do que é simbólico, do que significa o pagamento dentro de uma análise e dentro de uma formação analítica. Giovana Borges acha fundamental a presença das pessoas que escreveram o projeto. E afirma que de sua parte tem convicção de que o projeto seja reparatório. E pontua que se assim for, o supervisor em questão não deve ficar isento da mensalidade lembrando que isso nem poderia acontecer neste momento da instituição. Maria de Lourdes Foster diz que precisamos pensar mais o que é uma ação reparatória. Não é apenas dinheiro. Questiona como iremos fazer isso e como o CEP se posiciona frente a uma necessidade social. Estamos confundindo as coisas. Cesar Antunes gosta

do termo reparatório no sentido de prestar atenção. Aqui somos todos brancos, repara isso no sentido da história. Lembra que nós viemos voluntariamente eles vieram involuntariamente. Afirma que talvez o mais simbólico seja tratar de colocar chance dessas pessoas fazerem uma formação analítica. Pontua que muita discussão pode ser uma forma de não tomar uma atitude. E propõe prazo, até a próxima seleção. O critério é ser negro ou índio e não ter condições. Marcelo Leães pede que a pauta da clínica seja apreciada ainda hoje. Leonardo Francischelli diz que tem essa questão com os negros, a não presença deles. Pontua instituições que já estabeleceram isso e já estão operando. Diz que sempre haverá equívocos e erros, mas que estes serão reparados provavelmente. Afirma que teremos que abrir isso e ir trabalhando, ir vendo. É necessário que se faça as operações de acordo com o andamento. Grace Burchardt nomeia os pontos levantados pelos conselheiros, pontua que todos tem interesse em discussão mais filosófica sobre o tema. Aponta que há diferenças entre reparação e assistencialismo. E declara que fica acordado que deveremos resolver até o prazo da seleção do próximo ano. É decidido pelo conselho convidar toda a comissão do Projeto ações afirmativas para fazerem uma apresentação na próxima reunião. Marcelo Leães inicia o tema da clínica, tendo também um projeto e afirma que de acordo com as atribuições do Diretor da clínica, uma de suas funções é organizar o regimento interno, diz que junto de sua comissão montou isso e um aperfeiçoamento estatutário. Também traz uma demanda relacionada ao projeto pescar, socioeducativo, de auxílio a pessoas com baixa renda. Relata que uma das empresas que entrou em contato por via deste projeto, foi a Unicred, solicitando atendimentos. O que passa é que esses atendimentos teriam que ser gratuitos. Grace Burchardt questiona a Marcelo se o projeto pescar entra dentro da proposta de reformulação da clínica. Marcelo Leães responde que não está dentro. Leonardo Francischelli afirma que quem faz o projeto pescar é a Unicred. Diz que eles pedem se podem encaminhar, quando identificado lá, para tratamento gratuito. Giovana Borges questiona se os serviços, SPP e SAI, não contemplam esse projeto. Marcelo Leães lembra que em certa ocasião conversou com Camila Terra, a qual disse que houve essa atividade em algum momento, e que o SAI ia até o local fazer os atendimentos. Luciana Firpo lembra que no SPP havia um vínculo com o projeto morada e outro projeto, porém eles findaram. Pontua que tem a questão do dinheiro o que está aí para pensarmos. E lembra do que não foi possível a esses projetos e que eles têm vida curta. Grace Burchardt solicita que Marcelo apresente o projeto Pescar e a proposta de mudança do estatuto e regimento. Lea traz notícias da Flappsip dizendo que neste ano há o congresso anual e a reunião de delegados em Santiago do Chile na data de 22 e 23 de outubro. Assinala que acompanhando a situação financeira do CEP e ao mesmo tempo com a possibilidade de a Assembleia ser híbrida, elas, Lea e Adriana, pensaram em renunciar à participação tradicional do CEP. Participariam apenas da Assembleia online. Afirma que precisamos rever a nossa escolha de delegados da Flappsip. Lembra que até a gestão de Lisia Leite a representação sempre foi feita por presidentes e ex-presidentes, a partir da solicitação de Denise ficou uma combinação de que seria por disponibilidade e interesse. Sugere que possamos rever e que seja uma formação mista, para uma maior integração, sendo um dos representantes da Diretoria. Leonardo Francischelli afirma que a questão da nossa inserção na Flappsip está muito lateral e que precisamos fazer isso de forma mais forte. Pergunta, ainda, a Lea se é correto as despesas serem pagas pelo CEP. Se pagamos as cotas para a Federação. ainda temos que pagar passagens? Lea Thormann diz que isto está diferente este ano, que se o colega representante a participar da Jornada, fosse parte da diretoria da Flappsip, dessa forma a Flappsip custearia as despesas com passagem e estadia. Mas que neste ano não foi possível, membros da diretoria da Flappsip participar, por isso Lea solicitou a indicação de um brasileiro, Flappsip indicou um colega do Sedes. Leonardo Francischelli fala que isto fica estranho. Denise Souza afirma que historicamente a federação só banca a diretiva e não os colegas. E que o colega

do Sedes é um convidado, não sendo a primeira vez que isto acontece. Ana Lucia Waltrick informa que a jornada tem 205 inscitos e que teremos a mesa da Flappsip e do movimento Articulação. A reunião é encerrada as 13 horas e 9 minutos.